

Corrêa da Costa defende juro menor e prazo maior

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — O Embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Corrêa da Costa, defendeu ontem, em artigo no "New York Times", a renegociação da dívida externa brasileira com juros e comissões mais baixas e carência e prazos de vencimento mais longos. O Embaixador propôs também que o País destine apenas uma percentagem do total de suas exportações ao pagamento do serviço da dívida para que possa manter o nível de produção interna.

Corrêa da Costa lembra que países pobres e ricos são interdependentes e, por isto, o destino dos endividados é "um fator central para a sobrevivência do sistema financeiro e comercial do mundo". Ressalta que os bancos credores são tão responsáveis pelo endividamento do Terceiro Mundo quanto os próprios devedores.

"Os principais países endividados não podem continuar pagando o serviço de sua dívida, tendo por base os atuais termos e condições", afirma o Embaixador, acrescentando que uma maior "flexibilidade e uma nova atitude no sentido de uma parceria devem substituir pequenas considerações de lucro".

Corrêa da Costa adverte que "a recente alta nas taxas de juros irão incentivar as vozes que clamam" pela formação de um cartel de devedores e destaca que, no Brasil, cada aumento de um ponto percentual na taxa preferencial de juros americana (**prime rate**) representa "mais US\$ 700 milhões em dívida" por ano.

O Embaixador afirma que, segundo o Presidente do Banco Mundial, Alden W. Clausen, "os pagamentos de dívidas externas gigantescas e a abrupta redução nos investimentos dos bancos privados resultaram, ano passado, numa transferência de US\$ 21 bilhões em capital de curto e médio prazos dos países pobres para os bancos privados dos países industrializados". Com isto, ressalta, o mundo em desenvolvimento passou a "ser um exportador de capital para o mundo desenvolvido — algo parecido como tirar sangue de um doente e dá-lo a um atleta olímpico".

O artigo diz, ainda, que os programas de austeridade postos em prática por países endividados sempre causaram excessivos custos sociais. "Nossa determinação é viver para cumprir nossas obrigações mas estas têm um limite e, depois de um certo nível de consequências políticas, sociais e econômicas, escapam a qualquer controle".